

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ettore Gad Campos Plotásio

**MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM PERIFERIAS COMO OPOSIÇÃO À DOMINAÇÃO
CULTURAL: UMA OBSERVAÇÃO NO ACAMPAMENTO ROZA CABINDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
forma de Artigo ao Bacharelado Interdisciplinar em
Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz
de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Juiz de Fora
2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **ETTORE GAD CAMPOS PLOTÁSIO**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202372021A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM PERIFERIAS COMO OPOSIÇÃO À DOMINAÇÃO CULTURAL: UMA OBSERVAÇÃO NO ACAMPAMENTO ROZA CABINDA**, desenvolvido durante o período de 24/09/2025 a 20/01/2026 sob a orientação de THIAGO DUARTE PIMENTEL, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, por tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e/ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 20 de janeiro de 2026.

ETTORE GAD CAMPOS PLOTÁSIO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM PERIFERIAS COMO OPOSIÇÃO À DOMINAÇÃO CULTURAL: UMA OBSERVAÇÃO NO ACAMPAMENTO ROZA CABINDA

Ettore Gad Campos Plotásio¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender as formas de reprodução da desigualdade social no Brasil e abordar a dominação cultural como geradora dessas desigualdades, ao deslegitimar valores periféricos. Ao mesmo tempo, destaca a importância dos movimentos culturais nas periferias brasileiras para o enfrentamento dessa dominação produzida pelo acúmulo de poder, pela alienação e pela exclusão socioespacial desses grupos marginalizados. Busca-se, dessa forma, compreender como esses movimentos de resistência cultural contornam a dinâmica social exploratória, oferecendo empoderamento e ressignificação identitária. Apresenta-se, portanto, por meio de uma pesquisa qualitativa, indutiva, uma revisão da literatura sobre a dominação cultural e a busca por exemplos de movimentos culturais bem-sucedidos no Brasil, aliada à pesquisa empírica, com elementos de etnografia, operacionalizada por meio da observação participante, e de notas de campo, em um acampamento do MST na periferia de Juiz de Fora. Os resultados esperados reforçam a hipótese (suposição) de que a alienação e dominação causam conformismo social, distanciando esse público de comportamentos de resistência, entretanto, movimentos culturais autônomos rompem esse ciclo vicioso, proporcionando a esses grupos sociais autoestima e fortalecendo identidades coletivas que buscam transformação e mobilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Capital simbólico. Dominação cultural. Movimentos culturais. Alienação. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Tema

As formas de dominação – política, econômica, cultural, etc. – de uma classe social sobre outras constituem um dos temas centrais das análises sociológicas contemporâneas e estão amplamente presentes tanto na produção acadêmica quanto no debate público. Thiago Panica Pontes (2021), em "Classes, individualidade e dominação nas sociedades contemporâneas", enfatiza a relevância das análises sobre dominação de classes na sociologia contemporânea, evidenciando sua presença marcante tanto na produção acadêmica quanto nos debates públicos acerca das desigualdades plurais.

Entretanto, para além dessas formas mais evidentes de poder, há uma dimensão menos visível, porém profundamente estruturante da desigualdade social: a dominação cultural. Para Bourdieu, a dominação se exerce não apenas por meios econômicos ou políticos, mas também por formas simbólicas que naturalizam hierarquias sociais e as fazem ser reconhecidas como legítimas. (Bourdieu, 2007). Trata-se de um mecanismo simbólico por meio do qual determinados valores, práticas, saberes e formas de vida são legitimados como superiores, enquanto outros são desqualificados, silenciados ou criminalizados. Stuart Hall esclarece que "os sistemas dominantes de representação classificam, rotulam e hierarquizam grupos sociais, definindo o que é normal e o que é desviante" (Hall, 2016, p. 19).

Este trabalho parte da compreensão de que a dominação cultural atua como fundamento para a reprodução das desigualdades sociais, políticas e econômicas no Brasil, incidindo diretamente sobre as populações periféricas urbanas e rurais, ao naturalizar hierarquias simbólicas e produzir processos de alienação, cuja forma de dominação limita as possibilidades de afirmação identitária e mobilidade social dos grupos subalternizados. Sobre isso, Bourdieu complementa: "O capital cultural herdado funciona como um verdadeiro princípio de diferenciação social, contribuindo para a manutenção das distâncias entre as classes" (Bourdieu, 2007, p. 243).

Diante desse cenário, emergem os movimentos culturais como respostas coletivas às imposições simbólicas da cultura dominante. Tais movimentos, ao promoverem práticas culturais autônomas, operam como

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Thiago Duarte Pimentel.

instrumentos de conscientização, de fortalecimento identitário e de contestação da ordem social vigente (Reis; Souza, 2020).

1.2. Objetivos

Pretende-se, neste artigo, compreender a importância dos movimentos culturais nas periferias brasileiras, analisando de que forma contribuem para o enfrentamento da alienação e da dominação cultural. Assim, pode-se dizer que o objetivo geral do trabalho consiste em compreender os fundamentos, as dinâmicas e os resultados dos movimentos de resistência cultural nas periferias, partindo da premissa de que tais iniciativas atuam no enfrentamento e na mitigação dos processos de alienação que incidem sobre as classes populares, visto que esses processos são historicamente mobilizados pela classe dominante como instrumentos de dominação cultural, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais e simbólicas.

Para isso, **os objetivos específicos** aqui visados são:

- a) *evidenciar a dominação cultural como um fator essencial na reprodução e manutenção da desigualdade social;*
- b) *apresentar as periferias como locais de exclusão social enfatizando a exclusão socioespacial como fator importante de desigualdade;*
- c) *analisar como a periferia é utilizada como instrumento para sustentação do poder dominante e como esses espaços se articulam com os movimentos culturais de resistência;*
- d) *verificar empiricamente, em uma comunidade periférica, como os conceitos estudados se apresentam e se relacionam.*
- e) *e, finalmente, entender como os movimentos de resistência cultural podem enfraquecer e desacelerar a estrutura que sustenta a dinâmica de exploração popular e criar possibilidades de fortalecimento identitário e de mobilidade social.*

1.3 Metodologia

Metodologicamente, o estudo é teórico-empírico, valendo-se de uma abordagem qualitativa e indutiva, com coleta de dados primários por meio de conversas.

Do ponto de vista teórico, articulando revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos - para formar uma base teórica - por meio da revisão de literatura, faz-se um levantamento de diferentes experiências, localidades, grupos sociais e épocas são abordados na argumentação do trabalho para a contextualização social e política do desenvolvimento do país, facilitando a compreensão da situação e problemática atuais, tratada na pesquisa. Por isso, o trabalho opta por abordar também períodos históricos brasileiros como o período colonial, a República, e a Ditadura Militar, para uma melhor contextualização sobre o início da dominação e acúmulo de poder dentro do país por parte de grupos sociais seletos, embora tenha seu foco principal em compreender a condição atual da sociedade brasileira e traçar possíveis caminhos para que o povo, juntamente com ideias de oposição, crítica e transformação possam contornar ou conter o caráter exploratório da dinâmica da dominação.

Empiricamente, conta-se com uma experiência empírica baseada em observação participante e conversas informais realizadas no Acampamento Roza Cabinda, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado na periferia de Juiz de Fora (MG).

1.4 Hipótese

Ambientes periféricos são alvo de mecanismos de alienação, para que os habitantes dessas áreas estejam predispostos a aceitar, sem resistência, o controle social da classe dominante, que visa manter seu poder. A população marginalizada, ao ser privada do capital simbólico, do pensamento crítico e da identidade própria, é impedida de promover união ou resistência diante da exploração que sofre. Os movimentos de resistência cultural, no entanto, quebram esse ciclo vicioso intencional ao mobilizar as classes populares por meio de música, dança, literatura e outras formas de arte e conhecimento. Dessa maneira, esses indivíduos podem passar a utilizar a cultura e o empoderamento cultural para, pouco a pouco, tornarem-se capazes de desvencilharem-se da dominação e de construir uma identidade própria valorizada, uma conscientização social e uma verdadeira possibilidade de mudança.

1.5 Justificativa e Contribuições

Considerando este contexto, a análise aqui realizada pretende contribuir para a discussão sociológica sobre as diversas causas e consequências da administração da alienação como artifício de dominação, oferecendo uma visão específica, focada na perspectiva do oprimido e no comportamento do mesmo em prol do aumento da visibilidade de populações periféricas, utilizando da análise de movimentos de caráter autônomo e popular. Ao incentivar o debate sobre alguns dos mecanismos de perpetuação de desigualdade, reforça-se a importância dos movimentos culturais como diferenciais na inclusão social de grupos marginalizados. A importância dessa pesquisa se traduz na divulgação dos benefícios dos movimentos culturais, na compreensão de como eles surgem e na comprovação de que seus resultados podem ser favoráveis à autoestima, à esperança e à efetiva ascensão social de indivíduos marginalizados no Brasil.

1.6 Organização geral do trabalho

O trabalho apresenta, inicialmente, alguns conceitos necessários para a compreensão do tema, utilizando-se, principalmente, das ideias de Bourdieu, mas também incluindo nomes como o de Marx, Weber, Horkheimer e Adorno, Ludovico Silva e Milton Santos. Discorre, então, sobre como eles fundamentam teoricamente o presente estudo. Em seguida, contextualiza historicamente a dominação cultural no Brasil e, posteriormente, apresenta alguns exemplos de movimentos culturais que obtiveram sucesso, não apenas em ampliar possibilidades e oportunidades sociais para os moradores das periferias, mas também em transformar a visão das pessoas, aumentando sua autoestima, promovendo identidade com seu ambiente socioespacial e propiciando maior consciência cultural e social. Por fim, discorre sobre uma experiência empírica realizada no acampamento Roza Cabinda, do MST, em que, por meio de uma observação participante, foi possível vivenciar e examinar mais de perto a dinâmica dos movimentos culturais e suas consequências sociais, além de apresentar um exemplo concreto de resistência cultural e de produção de novos modos de subjetivação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Conceitos e fundamentação teórica

Para uma boa compreensão da influência dos âmbitos culturais na vida social urbana e nas relações sociais, é válida a apresentação do capital simbólico, definido por Bourdieu (1998) como qualquer forma de capital — econômico, cultural ou social — que, ao ser reconhecida socialmente, passa a conferir valor e poder aos seus detentores. Dessa forma, quem o possui dita o que é valorizado ou não em cada sociedade. O fato é que esse mecanismo de reconhecimento e validação tem sua medida feita para a classe dominante; a expressão periférica, suas ideias e valores, não se enquadram e, por isso, são inibidas ou desvalorizadas.

Esta dominação cultural é entendida como um tipo de poder exercido por grupos privilegiados que controlam quais valores, gostos e práticas culturais são considerados legítimos e valorizados na sociedade (Bourdieu, 2007). Esse poder simbólico faz com que as normas e os gostos da elite sejam vistos como naturais e superiores. Bourdieu explica esse processo por meio dos conceitos de capital cultural e capital simbólico, que indicam como determinados grupos acumulam e legitimam privilégios culturais, mantendo a estrutura social vigente (Bourdieu, 2007).

A noção de capital cultural de Bourdieu é fundamental para compreender a influência da cultura na sociedade. E ele divide este conceito em três estados, que representam diferentes formas de garantir valor social.

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais (Bourdieu, 1998, p. 74).

E sobre a dominação por meio do capital cultural, Pierre Bourdieu explica que ela não se sustenta apenas pela força ou pela imposição direta, mas principalmente por mecanismos simbólicos que fazem o poder e a exploração parecerem naturais e legítimos:

Como os símbolos religiosos em outros modos de dominação, os símbolos do capital cultural, incorporado ou objetivado, contribuem para a legitimação da dominação; e a arte de viver dos detentores do poder contribui para o poder que a torna possível porque suas verdadeiras condições de possibilidade permanecem ignoradas, e ele pode ser percebido não apenas como a manifestação legítima do poder, mas como o fundamento da legitimidade (Bourdieu, 2013. n.p.).

Outro conceito que merece mencionar-se é o de alienação. Introduzido nas Ciências Sociais com a obra “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844”, de Karl Marx, o termo refere-se ao distanciamento do trabalhador do produto que produz, garantindo, em última instância, conformismo social e passividade perante a exploração (Marx, 2004). O autor ainda afirma: “A alienação do homem em relação a si mesmo aparece no fato de que sua atividade vital lhe é imposta como algo externo, não pertencente à sua essência.” (Marx, 2004, p. 82).

Ludovico Silva em sua obra “A mais-valia ideológica”, faz uma adaptação atual das ideias de Marx, evidenciando uma exploração psíquica:

Do operário descrito por Marx em O Capital era, ocultamente, subtraída a mais-valia material sem que ele o percebesse; do mesmo modo, da psique do homem médio do capitalismo é extraída a mais-valia ideológica que se traduz como escravidão inconsciente ao sistema. Todas as lealdades que a indústria ideológica cria para o mercado de mercadorias – e, portanto, para a política capitalista – são pura e simples mais-valia ideológica. Não é consciente por um duplo motivo: por ser mais-valia e por ser ideológica. Trata-se, em síntese, de um excedente de energia mental do qual o capitalismo se apropria (Silva, 2023, loc. 2733).

Assim, Ludovico Silva retoma o conceito marxista de alienação, mas o desloca do âmbito estritamente econômico-produtivo para o plano cultural, simbólico e ideológico, próprio do capitalismo avançado e dependente. Sua contribuição central está justamente em mostrar como a alienação se aprofunda fora do local de trabalho, sobretudo no tempo livre, por meio da cultura, da comunicação e do consumo (Silva, 2023).

É nesse espaço aparentemente desvinculado da produção que se consolida uma forma mais sutil e eficaz de dominação, pois ela opera moldando desejos, valores, gostos e modos de vida alinhados à lógica do capital. O consumo cultural passa, assim, a funcionar como mecanismo de reprodução das relações de dominação, pois transforma o lazer, o entretenimento e a informação em instrumentos de conformismo e adaptação social (Silva, 2023). Dessa forma, o sujeito acredita estar exercendo liberdade de escolha, quando, na realidade, encontra-se inserido em um circuito de manipulação simbólica que reforça a alienação (Silva, 2023).

Nesse sentido, Ludovico Silva dialoga diretamente com a crítica da indústria cultural desenvolvida por Max Horkheimer e Theodor Adorno, ao destacar que a exploração ideológica é tanto mais eficaz quanto menos perceptível ela se torna. A mais-valia ideológica contribui, portanto, para a manutenção da hegemonia da classe dominante, ao naturalizar desigualdades, neutralizar o pensamento crítico e dificultar a emergência de práticas de resistência cultural (Adorno; Horkheimer, 1985; Silva, 2023). Para o autor, compreender esse mecanismo é fundamental para desvelar as formas contemporâneas de dominação e para pensar estratégias de emancipação que passem necessariamente pela crítica cultural e pela produção de consciência social (Silva, 2023).

A ideia de indústria cultural, citada no parágrafo anterior, foi apresentada na obra “Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos”, de Max Horkheimer e Theodor Adorno (1985), na qual eles a definem como um processo de manipulação e dominação em que os bens culturais e os produtos se moldam aos interesses e à lógica capitalista. Isso faz com que a cultura dissipada socialmente seja vista como mercadoria, além de atribuir um valor à produtos que passam a exibir status social e qualidade de vida. Isso retira o valor cultural e social dos indivíduos e pode despersonalizá-los, levando-os a aderir e se enquadrar na homogeneidade social decorrente da alienação. Eles explicam que esse fenômeno produz uma massificação cultural que suprime o pensamento crítico e a subjetividade individual, reforçando o poder do sistema capitalista por meio do entretenimento, como forma de distração e de dominação.

Voltando a Pierre Bourdieu (2007), o conceito de *habitus* explica o mecanismo de dominação cultural: diferentes indivíduos, ao basear suas ações em suas *percepções* da sociedade e na realidade de outros

indivíduos do mesmo grupo social, tendem a agir de modo a atender a essas expectativas e impressões já estabelecidas, limitando-se a condições de conformismo em relação à injustiça. Isso acontece porque as experiências observadas anteriormente em determinada realidade formam e reforçam o *habitus* (ações interiorizadas ao longo da vida) daquele sujeito, que, por sua vez, se porta de acordo com o que é “provável” ou “esperado” do grupo social. Isso inibe a liberdade desses indivíduos, que pensam estar agindo por vontade própria, mas, na verdade, corroboram e se acostumam à manipulação, por conta do mecanismo ilusório que limita sua motivação e seu pensamento crítico, internalizando, ao mesmo tempo, um caminho já “predestinado”. Dito isso, é correto afirmar, que sem recursos e com experiências culturais limitadas, há pouca perspectiva para a melhora de vida ou ascensão social.

*Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 2009, página 87).

A dominação cultural gera um *habitus* alienado, no qual grupos periféricos internalizam o conformismo perante desigualdades [Bourdieu, 2007; Marx, 2004], reforçado pela mais-valia ideológica da mídia, que normaliza estigmas (Silva, 2023). Os movimentos de resistência cultural combatem esse ciclo produzindo capital cultural periférico, rompendo a alienação e validando a hipótese de relação proporcional: maior resistência cultural resulta em menor conformismo social.

Considerando que as periferias estão fisicamente isoladas dos centros das cidades, a questão espacial também deve ser abordada. A exclusão socioespacial é um fenômeno estudado pelo geógrafo Milton Santos, abordado em sua obra “A Natureza do Espaço” (2006), e refere-se ao processo pelo qual grupos marginalizados pela cultura dominante são isolados em territórios periféricos degradados pelo descaso estatal, privados de infraestrutura, mobilidade e de acesso a oportunidades. O autor afirma que “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor e cidadão depende de sua localização no território” (Santos, 2007, p. 107)”. Ele descreve os espaços luminosos como territórios privilegiados das elites, marcados por alta mobilidade, racionalidade e integração global, em contraste com os espaços opacos, habitados pelos pobres em periferias de lentidão, precariedade e resistência criativa. (Santos, 2006). Isso mostra como a segregação espacial desfavorece os moradores das periferias, limitando o acesso ao conhecimento, às escolhas e às ações.

2.2. Contextualização histórica da dominação cultural no Brasil: alguns exemplos

A chegada dos portugueses ao Brasil foi marcada por um processo sistemático de dominação cultural dos povos indígenas, no qual a imposição da língua portuguesa, da religião cristã e dos valores europeus operou como mecanismo de deslegitimação das práticas sociais e das formas de organização nativas, subordinando-as ao projeto colonial. (Ribeiro, 1985).

Sérgio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil” (1995), demonstra que, na época colonial do Brasil, focada nos grandes latifúndios monocultores escravistas, o seletivo grupo que detinha a posse das terras administrou e manipulou o funcionamento do Estado para que se mantivesse em condições favoráveis até a atualidade, momento em que ocorrem a censura cultural e a exploração periférica. Além do poder social e econômico, baseado na posse de recursos, do capital financeiro e dos meios de produção, a elite mantinha, consequentemente, a influência e o poder na validação da cultura e era responsável, portanto, pela exclusão social de grupos externos àquela cultura dominante.

Pouco depois da abolição da escravidão no Brasil, em 1890, a capoeira passou a ser proibida e os praticantes eram sujeitos à prisão pelo Decreto 487 do Código Penal Brasileiro por ser considerada uma ameaça às morais vigentes da época, sendo que só foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO no governo de Getúlio Vargas em 1937 (Garcia, 2020). O mesmo processo de criminalização ocorreu com o ritmo do samba na década de 20 e vem ocorrendo com o funk desde os anos 90 até a atualidade. Todos foram institucionalmente marginalizados por transmitirem a manifestação cultural de grupos não valorizados, sendo frequentemente associados ao crime e à “vadiagem” (Furquim, 2022).

De acordo com o jornalista Elio Gaspari (2002), o período conhecido como “Anos de Chumbo” marca a fase de maior repressão política, censura e perseguição a opositores do regime da ditadura de 1964. Nesse cenário, movimentos de resistência cultural surgem sob a forma de arte e cultura, como a música, o teatro, o cinema e a dança, e passam a ser utilizados como ferramentas de crítica. Segundo Ana Caroline de Oliveira Santos (2021), artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, entre outros, utilizavam metáforas e simbolismos em suas obras, em busca da conscientização popular, da expressão e da valorização da diversidade cultural diante daquele momento histórico, incentivando o povo brasileiro a lutar contra atos de opressão e introduzindo essa prática na sociedade brasileira.

Numa perspectiva atual, em maio de 2025, o MC Poze do Rodo, artista de funk e trap do Rio de Janeiro, foi preso sob a acusação de apologia ao crime e de suposto envolvimento com a facção criminosa Comando Vermelho. Segundo a polícia, ele realizava shows em áreas dominadas pela facção e algumas de suas letras faziam apologia ao tráfico de drogas e uso de armas. (Fantti, 2025). No mesmo ano, a Câmara Municipal de São Paulo propôs a “Lei Anti-Oruam” para proibir a contratação de artistas, shows e eventos considerados apologia ao crime. O nome da lei faz referência ao rapper Oruam, filho de um líder de facção criminosa, cujas músicas abordam temas como ostentação, violência na periferia e criminalidade. Esses casos recentes ilustram a tensão existente entre a dominação e resistência cultural, evidenciando a repressão institucional e dominação simbólica sobre culturas periféricas, ao mesmo tempo que levantam o debate sobre a relação entre a liberdade de expressão artística e a apologia ao crime (Schroeder, 2025).

Por um lado, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 5º, IX e 220, protege os artistas contra a censura e garante a eles o direito da criação e manifestação artística de toda forma, por outro lado, existe um limite no Artigo 287 do Código Penal, que prevê a detenção ou multa a quem exaltar ou defender publicamente um crime ou seus autores. No entanto, a questão é que muitas dessas músicas de funk e rap são produzidas por indivíduos que se inserem em realidades sociais em que a criminalidade, as drogas e a violência são normalizadas e corriqueiras, ou seja, se enquadrariam mais como manifestação daquela realidade instável do que como incitação ou glorificação de práticas criminosas (Silva, 2023).

Além de acontecimentos notórios, há também muitos outros exemplos de dominação cultural no dia a dia da população das periferias. Entretanto, alguns integrantes e grupos dessa camada social, ao procurar formas de contornar o modelo e sistema estrutural de desigualdade e aumentar sua qualidade de vida, promovem essas mobilizações que lutam contra o sistema que os explora e, então, novos integrantes passam a aderir e apoiar esses movimentos culturais de resistência, que exaltam a diversidade cultural, consciência política e social, afirmação de identidade e devolvem a autoestima do seu grupo social (Souza, 2021).

2.3 Movimentos culturais de enfrentamento à dominação

Mesmo diante de todo o cenário de dominação existente, há movimentos que surgem da capacidade de grupos sociais marginalizados, como comunidades periféricas, de contestar imposições culturais e políticas por meio da produção autônoma de narrativas, preservando identidades e promovendo processos de conscientização (Hall, 2006). É importante, para um melhor entendimento do assunto, partir de uma definição de resistência cultural. Ela pode ser compreendida como o conjunto de práticas simbólicas, cotidianas e expressivas por meio das quais grupos subalternizados contestam, negociam e subvertem as formas de dominação impostas pelas classes hegemônicas, produzindo sentidos próprios e preservando modos de vida alternativos à ordem dominante (Scott, 1990).

E segundo o pesquisador angolano Gomes Dias:

Nesse cenário, a resistência cultural emerge como uma estratégia crucial para preservar a identidade, reivindicar direitos e desafiar hegemonias culturais. Trata-se de um processo pelo qual grupos minoritários mantêm vivas suas tradições, línguas e valores, mesmo diante de pressões externas. Seja através da arte, da literatura, de práticas espirituais ou do ativismo social, a resistência cultural não apenas protege o patrimônio simbólico das minorias, mas também denuncia injustiças e promove mudanças sociais (Dias, 2025. n.p).

Como exemplos atuais de movimentos de resistência cultural que se originaram na periferia, podem ser citados o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Negro Unido (MNU), Acampamento Terra Livre (ATL), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), movimentos culturais ligados ao funk, pautas

feministas e LGBTQIA+, além do Hip-Hop, que inclui a *rap*, *grafite*, *breakdance* e *DJing*. Cada um desses movimentos apoia certas pautas e levanta questões específicas para seus grupos sociais e suas causas fundamentais, mas todos estão relacionados à luta da margem social brasileira por melhores condições. Alguns deles já passaram de expressões periféricas à protagonistas importantes na luta por justiça social, moradia digna, demarcação de terras indígenas e direitos civis, trazendo ganhos legislativos, políticas públicas e maior reconhecimento social.

Dentre os ganhos legislativos, houve a criação do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra, e a Lei nº 12.711/12, que garante 50% das vagas de universidades federais para estudantes de escola pública, pretos, pardos ou indígenas, resultado da luta do Movimento Negro Unido. A criminalização da homofobia com a Lei nº 7716/89 e a “Ocupação Povo Sem Medo”, organizada pelo MTST e realizada em São Bernardo do Campo, São Paulo, a partir de 2017, que reuniu mais de 8 mil famílias para a luta pela moradia, também são acontecimentos concretos que marcam os avanços contra o atraso presente ainda no Brasil. Observa-se, dessa forma, que muitos dos avanços alcançados pelas camadas sociais marginalizadas têm origem em movimentos culturais e sociais surgidos da própria população dessas camadas sociais.

O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de interesse público, qualificação jurídica conferida a entidades civis sem fins lucrativos que atuam em áreas de interesse público. O Galpão Bela Maré, iniciativa do Observatório de Favelas no Rio de Janeiro, é atualmente um exemplo relevante no que diz respeito à resistência, à reescrita de narrativas e à descentralização cultural. Este centro cultural é localizado na favela da Nova Holanda, no Conjunto de Favelas da Maré, foi inaugurado em 2011 e com 14 anos de funcionamento já realizou 827 ações educativas, 24 exposições, 79 sessões culturais e três edições da ELÃ (Escola Livre de Artes), mobilizando milhares de pessoas em eventos promovidos semanalmente e oferecendo visibilidade aos sujeitos, ao território, à cultura e às questões periféricas (Observatório de Favelas, [2025]).

Movimentações como essa colaboram, de maneira gradual e bem estruturada, para a quebra de uma realidade pintada pela dominação legítima do Estado, conforme apresentado por Max Weber (2004). O autor considera que a dominação é a probabilidade de um indivíduo ou de um grupo social responder, com obediência, às exigências de uma sociedade. A dominação legítima ocorre quando o público afetado por ela reconhece essa autoridade como justificada, legítima, aceitando o exercício desse poder sobre si mesmos. Este conceito auxilia o entendimento do tema ao explicar como se perpetua a dominação cultural, como forma simbólica de manutenção do poder, sem que haja resistência por parte das massas populares, possibilitando, assim, a atuação e a influência direta das instituições sociais no âmbito pessoal e comportamental dos indivíduos dominados, alienando-os de seu poder de transformação e de ascensão social.

Com tudo isso fica clara a relevância dos movimentos de resistência, externos à instituições sociais que possam ter passado pela mesma condição de alienação e dominação legítima da classe dominante. Nesse contexto, ações independentes, que atuam em áreas marginalizadas e que ofereçam a estrutura e instrução necessárias para que a população periférica desenvolva por métodos alternativos a sua autoestima, pensamento crítico e consciência política e social passam a ter vital importância para a conquista de direitos básicos, moradia, poder político e visibilidade.

Visando delimitar o referencial teórico que sustenta a análise proposta, o Quadro 1, apresentado a seguir, reúne, de maneira simplificada e organizada, os principais conceitos utilizados ao longo do trabalho, bem como suas respectivas definições e autores consultados.

Quadro 1 – Síntese dos conceitos abordados

Conceitos	Definição
<i>Capital simbólico</i> (Bourdieu, 1998).	Qualquer forma de capital capaz de conferir reconhecimento social.
<i>Capital cultural</i> (Bourdieu, 1998).	Conhecimentos, habilidades ou bens que conferem prestígio social.
<i>Dominação cultural</i> (Bourdieu, 2007).	Mecanismo simbólico de legitimação, controle e exploração.
<i>Resistência cultural</i> (Scott, 1990).	Conjunto de expressões por parte de grupos subalternizados para contestar os mecanismos exploratórios.
<i>Indústria cultural</i> (Horkheimer; Adorno, 1985).	Fenômeno que massifica a cultura, homogeneiza o gosto popular e retira o pensamento crítico a fim de maior lucro.

<i>Mais-valia ideológica</i> (Silva, 2023).	Exploração psíquica constante do trabalhador para a exploração velada.
<i>Habitus</i> (Bourdieu, 2007).	Ações interiorizadas ao longo da vida.
Alienação (Marx, 2004).	Distanciamento do trabalhador de seu produto, gerando conformismo perante à exploração.
Exclusão socioespacial (Santos, 2006).	Isolamento de grupos marginalizados nas periferias das cidades.

Fonte: Compilado pelo autor (2025).

A Esquema 1 sintetiza o funcionamento da dominação cultural como um processo estrutural e dinâmico, no qual a concentração de capital simbólico e cultural nas classes dominantes constitui o ponto de partida para a legitimação das desigualdades sociais. Essa concentração é internalizada pelos indivíduos por meio do *habitus*, que naturaliza hierarquias sociais e faz com que a dominação seja percebida como algo legítimo e normal. A indústria cultural desempenha papel central nesse mecanismo ao difundir e reforçar os valores dominantes, produzindo formas de alienação que ocultam as relações estruturais de exploração. Nesse contexto, a mais-valia ideológica atua como um instrumento de legitimação simbólica da exploração, ao prolongar o controle sobre os sujeitos no plano subjetivo e cultural, mesmo fora do espaço produtivo. Como consequência, esse conjunto de processos aprofunda a exclusão socioespacial, marginalizando grupos subalternizados e restringindo suas possibilidades de mobilidade social e de afirmação identitária. Em oposição a esse ciclo, a resistência cultural emerge como uma estratégia de enfrentamento à estrutura dominante, ao produzir capital cultural alternativo, ao questionar as hierarquias simbólicas impostas, ao fortalecer identidades coletivas e ao tensionar os mecanismos que sustentam a reprodução das desigualdades sociais.

Esquema 1 – Relações entre os conceitos estudados



Fonte: Elaboração própria.

3. MÉTODO

O trabalho utiliza a metodologia de pesquisa qualitativa e indutiva, que segundo Lakatos e Marconi (2016), garantem à pesquisa validade científica por meio de dados empíricos e abordagens interpretativas, que visam, no caso desse trabalho, compreender os processos sociais da resistência cultural periférica, utilizando também métodos como a consulta de fontes secundárias de obras sociológicas e revisão bibliográfica para fundamentação teórica da pesquisa (Emmendoerfer, 2014). A visita visou compreender a movimentação da gestão e o comportamento dos moradores do acampamento.

O estudo de caso, conforme Lakatos e Marconi (2016), permite investigação detalhada de ações coletivas em ocupações como o Acampamento Roza Cabinda, essas ações coletivas que acontecem na ocupação marcam a união entre a cidade e o campo, visto que se fundamentam na partilha e no respeito à terra e ao próximo. Portanto, foi considerado o fato de que o local promove eventos de conscientização como oficinas de tambor, o Plantio Solidário e celebrações que contam com a participação de movimentos negros e sociais como o Feijão de Ogun para integrar elementos culturais, festivos, e a consciência racial e social.

A observação participante, método que consiste na integração do pesquisador às atividades do grupo estudado, foi realizada ao longo de três dias alternados, de acordo com a disponibilidade do pesquisador e dos moradores, bem como com as datas de eventos ligados aos movimentos culturais. Além da observação, houve

conversas informais com 9 moradores, com opiniões, perspectivas e contextos sociais de origem diversa, em relação a uma mesma problemática e ao mesmo objeto de estudo. O acesso a esses indivíduos foi facilitado por uma pessoa já conhecida de dentro do acampamento, e foi usado o método bola de neve, no qual esse primeiro indivíduo permite a interação com outros moradores, que por sua vez, permitem contato com outros, seguindo, assim, sucessivamente (Minayo, 2014).

Foram estabelecidos diálogos e conversas informais, para a interpretação mais profunda das dinâmicas sociais que esses sujeitos se vivenciam (Martins, 2004), e para que a análise contextual da situação e posicionamento do acampamento seja bem definida.

Dessa forma, tal método contempla tanto a rotina cotidiana do local quanto eventos esporádicos como oficinas culturais e celebrações, com interação e convívio com alguns dos moradores para uma interpretação adequada da complexidade das dinâmicas sociais e dos indivíduos envolvidos (Lakatos e Marconi, 2016).

Os conceitos alvo durante as conversas informais e a observação foram: alienação, dominação, capital cultural, resistência cultural e movimentos culturais, buscando identificar ou não a presença desses fenômenos no acampamento e na vida dos moradores.

O recorte temporal da pesquisa abrange o ano de 2025, embora as observações tenham sido realizadas apenas em dezembro deste mesmo ano.

No Quadro 2, abaixo, podem ser vistas as principais categorias metodológicas utilizadas neste trabalho e os resultados que foram obtidos com cada uma delas.

Quadro 2 – Categorias metodológicas utilizadas e seus resultados

Categorias principais	Resultados
Revisão bibliográfica	A fundamentação teórica revela os instrumentos de dominação utilizados pela classe dominante para se manter em posse do capital simbólico e perpetuar a condição desigual da sociedade.
Contextualização histórica	A análise histórica demonstra que a formação do Brasil se dá pela manipulação de poder por parte da classe dominante, por isso a estrutura de exploração se mantém até a atualidade.
Conversas informais	Os moradores do acampamento possuem ideias contra-hegemônicas devido ao leque cultural com diferentes perspectivas verificado no acampamento.
Observação no acampamento	O acampamento combate a alienação e dominação cultural no momento em que se propõe a organizar, sediar e auxiliar movimentos que promovem ideias de valorização própria e de grupos marginalizados.

Fonte: Elaboração própria.

4. ANÁLISE

4.1 *Locus* e objeto de estudo: experiência empírica do Acampamento Roza Cabinda

Visando analisar áreas nas quais a desigualdade social e a opressão estão expostas e ocorrem de forma explícita, ainda que os meios de dominação sejam velados, optou-se pelo aprofundamento no assunto utilizando-se de um estudo de caso em uma comunidade periférica onde a dominação legal-racional, econômica e cultural estão presentes.

Focalizou-se, então, o Acampamento Roza Cabinda, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Juiz de Fora, no distrito rural de Monte Verde, onde percebe-se a presença de dois agentes dominadores principais: no âmbito econômico tem-se os latifundiários, que disputam interesses de posse de terras, e, no âmbito legal e institucional, tem-se o Estado com seus órgãos fundiários como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e poderes públicos estatais e municipais que podem atrasar ou travar o desenvolvimento do ganho de terras e direitos.

O acampamento Roza Cabinda pertence ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fica na rodovia MG-353, número 17.000, Km 114, Monte Verde, Juiz de Fora, MG. O acampamento fica às margens da rodovia e é possível chegar até lá de ônibus, porém, vale destacar o tempo gasto com o transporte quando se observa que, do centro da cidade até o bairro rural onde se localiza, são 35 quilômetros. Esta comunidade periférica foi escolhida para este trabalho por estar no município de Juiz de Fora, facilitando as visitas de observação.

Dito isso, é possível associar essa distância entre o acampamento e a cidade à marginalização das práticas que lá acontecem, o que se traduz na exclusão socioespacial e, novamente, a situação e o progresso desses habitantes passam a ser dificultados pelo sistema dominante, para que a contestação seja cada vez mais difícil.

A observação participante teve sua importância ao evidenciar as dificuldades cotidianas e a rotina cansativa. Ao entrar no acampamento, é possível perceber que não são todas as famílias que ali moram que possuem um carro, moto, e o uso de aplicativos de transporte é inviável dada a localização, ou seja, esses moradores trabalham dentro e fora do acampamento, criando uma rotina exaustiva, física e mentalmente.

O local visa se sustentar por meio do trabalho e gestão coletiva, com a participação dos moradores na divisão de tarefas que contam com pesca, nos dois lagos ali localizados, criação de animais como, galinhas, patos e cachorros, além de plantações como a de pimenta, feijão e abóbora. Os recursos obtidos por meio dessas atividades podem ser utilizados pelos moradores, mas se destaca a intenção de venda desses produtos como forma de desenvolvimento econômico. Essas práticas sustentam a ideia principal compartilhada pelo grupo, de buscar maior independência na sociedade por meio da posse de terras próprias, buscando maior segurança para melhores perspectivas de vida no futuro. Dessa forma, fica evidente a força que a identidade da terra tem no significado de vida dos mesmos, que se dispuseram a enfrentar alguns problemas estruturais, em prol de uma ideia fundamental, que é o valor da terra e do que ela proporciona.

As moradias do local foram construídas com o tempo pelos próprios moradores, e, em sua maioria, são feitas com troncos e pedaços de madeira, barro, bambus e lonas, com muitos desses materiais sendo disponibilizados pelo próprio território e seus arredores. O apelo atual, dados os problemas enfrentados pelo acampamento, voltam-se para falta da chegada de novos integrantes dispostos à participação direta no ambiente, morando no acampamento e auxiliando com as atividades diárias.

O terreno é grande, e existem muitas áreas e casas desocupadas, configurando um problema sistemático ao analisar a incompatibilidade do número de atividades a serem feitas e número de pessoas disponíveis a realizá-las.

Entre as atividades que puderam ser testemunhadas diretamente nos dias de observação estão o plantio de feijão e um ensaio da oficina de tambores cuja apresentação estava marcada para um dia próximo em uma fazenda da região.

Embora haja tantas dificuldades, o acampamento se propõe a lutar pela reforma agrária com produção e conscientização agroecológica, além da conquista de terras para a população tradicional e sem-terra. (Oliveira, 2025). E, além disso, os moradores locais participam de movimentos culturais, ora como protagonistas, ora como participantes secundários, colaborando em etapas específicas.

4.2. Manifestações culturais no acampamento

Durante o presente trabalho foram observadas três manifestações culturais no acampamento Roza Cabinda, sendo dois movimentos em coparticipação com outras entidades: o projeto Plantio Solidário, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora e o Feijão de Ogun, em colaboração com o Movimento Negro Unificado. Já a oficina de tambores é de iniciativa e execução exclusivas dos moradores do local, embora conte com a participação de convidados.

Essas manifestações se enquadram como movimentos de resistência cultural pelas consequências positivas que pretendem causar aos participantes dessas atividades, como a maior conscientização sobre formas de existência social alternativas ao que é pregado pelas ferramentas de alienação da cultura dominante. Além disso, com esses eventos e mutirões, o capital cultural produzido e aderido pelo acampamento pode ser melhor disseminado entre novas esferas sociais e reconhecido, seja pelo convívio dessas pessoas em uma manhã ou tarde no acampamento ou pela relação da imagem e ideias do acampamento aos movimentos externos que contam com o apoio do Roza Cabinda.

O Plantio Solidário, é um projeto de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora no qual são feitos mutirões de plantio de alimentos nas terras do Roza Cabinda para doação da colheita a famílias em vulnerabilidade social além de possibilitar um maior conhecimento dos territórios e suas histórias, sendo utilizado enquanto instrumento para reflexão crítica da realidade.

Ao longo dos mutirões do Acampamento Roza Cabinda, foram realizadas atividades de formação, debates e plantio coletivo, evidenciando a articulação entre organização comunitária, educação popular e resistência cultural (Oliveira, 2025).

E a respeito da força deste tipo de iniciativa:

O Plantio demonstra que através da organização coletiva, é possível resistir às crescentes violações reproduzidas continuamente na sociabilidade capitalista, de como o povo unido e consciente de suas potencialidades pode lutar e conquistar espaços, construindo uma contrahegemonia na correlação de forças (Oliveira, 2025, p.63).

No ano de 2025, após a distribuição de mais de uma tonelada de alimentos em fevereiro, realizou-se, em 15 de março, outra atividade coletiva cultural: o plantio de dois quilos de sementes crioulas de feijão, cuja produção final destinou-se ao evento Feijão de Ogun, realizado em julho do mesmo ano. Após a atividade agrícola, os presentes participaram de uma roda de conversa sobre a Sacralidade da Terra. O feijão colhido após alguns meses reserva-se para compor a feijoada tradicional do evento Feijão de Ogun. Além da distribuição de feijoada, o evento conta com caminhadas, palestras, rodas de conversa e apresentações musicais, tradicionais e religiosas (Prefeitura de Juiz de Fora, 2025). Verifica-se, assim, uma parceria entre o Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora e o acampamento Roza Cabinda para uma ação cultural de conscientização e valorização do povo preto, enfrentamento ao racismo e visibilidade das comunidades das religiões de matriz africana (UFJF, 2025).

A oficina de tambores que lá acontece, conta com um diferencial em suas apresentações, retratando a relação existente entre a luta rural e a luta por terras com a arte, a cultura e a resistência. Isso se dá porque, em alternância com a cadência de ritmo dos tambores, enxadas são batidas no chão para que o barulho causado, além de complementar o ritmo dos instrumentos musicais, sirva como forma de simbolismo e representação da luta e criação de significado. Além disso, é notável o carinho e respeito que possuem pela prática dos tambores, desde os mais novos até os mais velhos, visto que todos participam e, mesmo no caso de estarem faltando enxadas, usa-se qualquer ferramenta que faça barulho ao ser batida que esteja ao alcance para manter o ritmo e fluidez da música.

O acampamento pode ser visto, portanto, principalmente como um local para a troca de experiências, conhecimentos, e perpetuação de ideias, visto o contato frequente, necessário e direto entre os moradores, incluindo as crianças, que participam das atividades e conversas e passam a adotar um senso crítico devido ao caráter alternativo do assentamento e dos seus participantes e gestores.

Portanto, o sistema que visa enfraquecer os grupos sociais que buscam sustento próprio, desvinculação das ideias da indústria cultural e da dominação e criam de uma imagem própria para valorização de sua origem, se vê desafiado por um *habitus* modificado em prol de uma ideologia mais distante dos vieses da estrutura dominante.

4.3 Observações sobre a experiência empírica

Dentre os moradores há uma grande diversidade. São pessoas de várias idades, níveis de escolaridade, raças e origens. Nas conversas foi possível observar variações na comunicação e forma de expressão dos presentes. Evidenciou-se também que há mais mulheres que homens no acampamento.

Em dado momento, ao ser apresentado à uma moradora, ela interpretou erroneamente e se animou imaginando que eu seria um potencial novo morador, o que foi, posteriormente, explicado. Isso demonstra a necessidade de mais mão de obra no local para o trabalho diário e a raridade de pessoas visitando o local em dias comuns, o que se deve à distância ou à falta de recursos para divulgar e incentivar o projeto.

Durante a observação participante, houve um ensaio da oficina de tambores, no qual os participantes treinavam músicas para uma apresentação a ser feita em um dia próximo em uma fazenda local. Sobre a apresentação nesta fazenda, algo a ser evidenciado foi a ênfase que uma das organizadoras do evento deu ao passado histórico de exploração no local, propondo maior simbolismo e força à performance da apresentação. Esse fato evidencia, de forma prática, a consciência e um caráter de responsabilidade referentes à reafirmação de identidade e criação de ideias de resistência, relacionando-se muito bem com a problemática do trabalho ao posicionar a imposição, informação e expressão cultural como meios fundamentais para a liberdade e o enfraquecimento da dominação.

No mesmo ensaio da oficina de tambores, uma das moradoras, aparentemente a mais idosa, foi incluída nas apresentações mesmo não conseguindo acompanhar o ritmo dos outros participantes. Ela foi instruída a

bater com um ritmo próprio, mais lento e simplificado que dos outros, indicando o incentivo às práticas coletivas e inclusão, reforço de autoestima e valor próprio, indicando que ali cada um tem seu papel importante e ativo, mesmo nas apresentações culturais e artísticas.

Outro fato a ser abordado é a presença, durante uma das confraternizações, de um participante com grande experiência e conhecimento na plantação de bananeiras. Esse indivíduo em específico não mora no acampamento, mas se dispôs a participar também das atividades. Isso mostra a força e importância dos laços pessoais e criação constante de novos contatos para a disseminação de informações e vivências que agregam aos indivíduos e ao acampamento.

A luta e embate constante, em ambientes afetados pela dominação cultural e exclusão socioespacial se evidencia quando, mesmo durante uma comemoração com churrasco e bebidas, os participantes do acampamento seguem conversando e combinando reuniões e eventos a serem concluídos. Isso demonstra a constante preocupação com o engajamento e a transformação social do grupo, apesar de toda a dificuldade de lutar contra um sistema vigente que não o apoia ou valoriza e que se estruturou com ideias e objetivos diferentes dos que são pregados por esses grupos sociais.

Para melhor entendimento, demonstra-se no Quadro 3 as relações entre os conceitos abordados e os resultados observados na experiência empírica.

Quadro 3 – Principais conceitos relacionados à experiência empírica

Conceito / definição	Tradução operacional	Variáveis / itens da tradução operacional	Dados empíricos	Comparação e análise
Alienação / conformismo social e distanciamento do trabalhador e produto.	Rotinas exaustivas e normalizadas	• Relatos conformistas, • Indícios de atitudes ou pensamentos sem traços de senso crítico. • Ausência de financiamento para eventos de conscientização.	• Ideias fortes que pregam mudança social • Rotina exaustiva pela exclusão socioespacial e falta de adeptos ao movimento • Suporte de outros movimentos alternativos.	• Os moradores do acampamento possuem contato com o que produzem e possuem pensamento crítico • Não há conformismo, mas a rotina repetitiva para o cumprimento de tarefas indica efeitos da alienação.
Capital cultural / bens materiais e imateriais que conferem valor e reconhecimento social.	Acesso desigual à educação ou cultura	• Presença ou não de diplomas/experiência formal • Uso ou disseminação de bens culturais periféricos. (Grafite, música) • Presença física de bens que exijam repertório cultural (livros, pinturas.)	• A conhecimento formal e informal foram encontradas em diferentes indivíduos específicos, havendo a troca de informação. • Música no acampamento como expressão e criação de identidade. • Dentro das casas há objetos que indicam capital cultural a ser compartilhado.	• A diferença social e cultural existente entre os moradores possibilita a troca desse capital cultural próprio entre os mesmos. • O capital cultural ali produzido não é valorizado pela classe dominante por pregarem ideologias opostas.

Resistência cultural/Mobilizações artísticas ou políticas contra a alienação e dominação.	Práticas coletivas de afirmação identitária e conscientização	• Quantidade de pessoas em mobilizações sociais ou eventos culturais • Produções culturais visíveis e físicas dentro do acampamento. • Conquistas alcançadas por meio da resistência.	• Baixo número de adeptos que dediquem todo seu tempo ao movimento. • Expressões artísticas podem ser vistas durante a estadia no acampamento, mas com destaque à música. • Suporte e espaço para manter movimentos culturais que por incentivo interno ou externo acontecem e geram maior engajamento.	• Existe muito trabalho para poucos trabalhadores. • O acampamento reforça a identidade e a autoestima de grupos sociais marginalizados. • O acampamento tem tido sucesso na condução de seus projetos.
Dominação cultural / controle simbólico de valores legitimados pela elite.	Exclusão social e marginalização a um grupo social específico.	• Narrativas de repressão ou inferiorização. • Impedimentos estruturais relatados. • Menções a exclusão simbólica.	• Percebe-se em relatos, via conversas informais, a dificuldade para o engajamento de pessoas para o desenvolvimento de projetos no acampamento. • O acampamento combate à exclusão simbólica ao integrar todos os participantes igualmente nas atividades.	• A exclusão social dos moradores se dá pela exclusão socioespacial do acampamento. • Os moradores possuem autoestima para criar novas narrativas devido ao comportamento de resistência cultural do assentamento.

Fonte: Elaboração própria.

O quadro analítico apresentado articula conceitos teóricos a suas traduções operacionais, variáveis empíricas e resultados observados no contexto do acampamento estudado. No que se refere ao conceito de alienação, a análise operacionalizou esse fenômeno a partir de rotinas exaustivas e naturalizadas. Os dados empíricos indicam a presença de uma rotina repetitiva e desgastante, associada à exclusão socioespacial e à limitação de recursos, o que revela efeitos parciais da alienação; contudo, a existência de pensamento crítico e de ideias orientadas à mudança social demonstra que não há um conformismo pleno entre os moradores.

Em relação ao capital cultural, observou-se um acesso desigual à educação formal e aos bens culturais legitimados, mas também a circulação e produção de capital cultural periférico, especialmente por meio da música e da troca de saberes formais e informais entre os indivíduos. Tal capital, embora significativo no interior do acampamento, não é reconhecido pela classe dominante por expressar valores e ideologias contrahegemônicas.

A resistência cultural, por sua vez, manifesta-se por meio de práticas coletivas de afirmação identitária, mobilizações culturais e ações de conscientização, ainda que sustentadas por um número reduzido de participantes. Apesar das limitações estruturais e da sobrecarga de trabalho, essas práticas têm fortalecido a identidade, a autoestima e o engajamento dos grupos marginalizados, evidenciando avanços concretos nos projetos desenvolvidos.

Por fim, a dominação cultural, entendida como o controle simbólico dos valores legitimados pela elite, aparece associada à exclusão social e socioespacial dos moradores, perceptível em narrativas de marginalização

e dificuldades de engajamento externo. Em contraposição, o acampamento atua como espaço de enfrentamento dessa dominação, ao promover a inclusão simbólica, a valorização dos sujeitos e a construção de novas narrativas coletivas baseadas na resistência cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de findado o estudo, considera-se que os objetivos do trabalho foram parcialmente alcançados. Foram discutidos conceitos e teorias ligados à dominação cultural, à alienação e ao capital simbólico, e apresentados vários autores e estudiosos que explicam como as classes dominantes legitimam seus valores e interesses, ao mesmo tempo em que desqualificam ou silenciam expressões culturais periféricas e promovem a reprodução da desigualdade social no Brasil. Além disso, verificou-se, ainda na revisão teórica, que os movimentos culturais periféricos têm grande importância como estratégias de enfrentamento dessa dinâmica, promovendo empoderamento, ressignificação identitária e o fortalecimento de sujeitos historicamente marginalizados.

Quanto à experiência empírica, observou-se a dura realidade da exclusão socioespacial, a ausência do capital cultural e simbólico e a iniciação de uma resistência cultural através da conscientização gradual e afirmação de uma identidade própria que desponta como fruto dos movimentos culturais lá existentes. Nesse sentido, confirma-se também a hipótese do trabalho, pois, embora não tenha sido possível comprovar uma ascensão social no grupo estudado, já se percebem indícios de uma maior consciência social, advinda dos movimentos culturais existentes.

Ao produzir e valorizar práticas culturais próprias — como a música, a dança, a religiosidade, a arte e a organização comunitária — esses movimentos constroem capital cultural periférico e promovem a ruptura parcial com a alienação. Tal constatação reforça a hipótese apresentada no trabalho de que a dominação cultural tende a gerar conformismo social, enquanto a resistência cultural autônoma contribui para o fortalecimento da autoestima, da identidade coletiva e da capacidade de ação política dos sujeitos envolvidos.

A experiência empírica realizada no Acampamento Roza Cabinda, do MST, em Juiz de Fora, revelou de forma concreta como esses processos se materializam na prática. A observação participante permitiu identificar que iniciativas como as oficinas de tambor, o Plantio Solidário e a articulação com o evento Feijão de Ogun extrapolam o caráter meramente cultural ou produtivo, configurando-se como práticas simbólicas de resistência, conscientização e produção de sentido. Essas ações dialogam diretamente com a teoria bourdieusiana ao evidenciarem a construção de capital cultural e simbólico fora dos padrões legitimados pela classe dominante, bem como com as reflexões de Ludovico Silva sobre a necessidade de romper com a alienação e a dominação ideológica.

Do ponto de vista teórico, o estudo demonstra que a cultura não deve ser compreendida como um elemento acessório da vida social, mas como um campo estratégico de disputa política e simbólica. A articulação entre teoria e empiria evidenciou que os movimentos culturais periféricos não apenas resistem à dominação, mas também produzem novos modos de subjetivação, novas formas de sociabilidade e alternativas concretas à lógica excludente do capitalismo contemporâneo.

Entretanto, devido ao recorte espacial e temporal restrito do trabalho e o caráter informal das conversas, que foram com um número pequeno de moradores, admite-se que o estudo apresenta limitações. Por isso, minimiza-se a possibilidade de generalizações dos achados e limita-se a profundidade de determinadas análises comparativas.

Diante dessas restrições, sugere-se que estudos futuros ampliem o número de casos analisados, contemplando diferentes territórios urbanos e rurais, bem como distintos tipos de movimentos culturais. Pesquisas comparativas entre iniciativas periféricas em diferentes regiões do país poderiam aprofundar a compreensão sobre as especificidades locais e os impactos dessas ações. Também se aponta como relevante o aprofundamento das análises sobre a relação entre políticas públicas, institucionalização cultural e resistência, bem como investigações de longo prazo que avaliem os efeitos duradouros dessas práticas na trajetória social dos sujeitos envolvidos.

Por fim, conclui-se que os movimentos de resistência cultural constituem elementos fundamentais para o enfrentamento da dominação cultural e da alienação no Brasil. Ao fortalecer identidades, promover consciência crítica e ampliar horizontes de possibilidade, essas iniciativas reafirmam a cultura como força política e instrumento central na luta por justiça social, dignidade e transformação das estruturas desiguais que historicamente marcam a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Revista Novos Estudos**. n 96. CEBRAP. p. 105-115. Julho 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262662848_Capital_simbolico_e_classes_sociais. Tradução de Fernando Pinheiro. Introdução e notas de Loïc Wacquant. Acessado em: 17 de nov. de 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: https://sigpihid.ufpr.br/site/uploads/institution_name/ckeditor/attachments/1347/Os_Tr_s_Estados_do_Capital_Cultural_-_Pierre_Bourdieu_1_1_.pdf. Acessado em: 25 de out. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. Estruturas, habitus, práticas. In: _____. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Revisão da tradução, Odaci Luiz Coradini. (Coleção Sociologia). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Cap. 3. p. 87-107. Disponível em: <https://eduardogalak.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/bourdieu-pierre-o-senso-prc3a1tico-cap-2-e-3.pdf>. Acessado em: 20 de dez. de 2025.
- DIAS, Gomes. **Direitos das minorias e a resistência cultural** – CERES. Angola. 17 de fev. de 2025. Disponível em: <https://www.ceresri.org/post/direitos-das-minorias-e-a-resist%C3%Aancia-cultural>. Acessado em: 15 de dez. de 2025.
- EMMENDOERFER, M. L. **Métodos de pesquisa aplicados à gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014. Disponível em: <https://posadministracao.ufv.br/wp-content/uploads/2012/02/PROFIAP-Metodos-de-Pesquisa-Aplicados-Final.pdf>. Acessado em: 25 de set de 2025.
- FANTTI, Cristina Camargo Bruna. **MC Poze do Rodo é preso por apologia de crime e suspeita de envolvimento com Comando Vermelho**. Folha de São Paulo. Rio de Janeiro. 29 de maio de 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/05/mc-poze-do-rodo-e-preso-por-apologia-ao-crime-e-suspeita-de-envolvimento-com-o-comando-vermelho.shtml>. Acessado em: 19 de out. de 2025.
- FURQUIM, Saulo Ramos, et al. A criminalização cultural periférica no contexto do funk. **Revista Momentum**, Atibaia, v. 20, n. 20, p. 85-106, 2022. Disponível em: <https://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/view/361/246>. Acessado em: 20 nov. 2025.
- GARCIA, Maria Fernanda. Capoeira já foi crime no Brasil, previsto no Código Penal. **Observatório do Terceiro Setor**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/capoeira-ja-foi-crime-no-brasil-previsto-no-codigo-penal/>. Acessado em: 20 nov. 2025.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. Disponível em: <https://redept.com.br/uploads/biblioteca/89955ef8e43de1f54aba061374228802.pdf>. Acessado em: 28 de set. de 2025.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acessado em: 20 de dez. de 2025.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 27 de jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 22 de nov. de 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Galpão Bela Maré**. [Rio de Janeiro]. [2025]. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/projetos/bela-mare/>. Acessado em: 20 de out. de 2025.

OLIVEIRA, Maria Eduarda Dias de. **Fome e questão agrária**: a experiência do Plantio Solidário/MST na Zona da Mata Mineira. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facsocial/wp-content/uploads/sites/521/2025/04/TCC-Maria-Eduarda-Dias-de-Oliveira-.pdf>. Acessado em: 12 de dez. de 2025.

PONTES, Thiago Panica. Classes, individualidade e dominação nas sociedades contemporâneas. Revista Novos Rumos Sociológicos, Pelotas, v.9, n. 15, p. 319-348, Jan/Jul/2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/issue/view/1066>. Acessado em: 16 de jan de 2026

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **22º Feijão de Ogun começa nesta segunda-feira, 7**. Portal de Notícias da Prefeitura de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 07 jul. 2025. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=86684>. Acessado em: 20 dez. 2025.

REIS Rosemeire; SOUZA, Emanuelle de Oliveira. Movimentos culturais: uma reflexão entre o coletivo e o individual. **Anais Educon**, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 17, p. 1-15, Set. 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13707/5/4>. Acessado em: 27 de dez. de 2025.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Círculo do Livro, 1985. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aribeiro-1985-indios/Ribeiro_1985_OsIndiosEACivilizacao.pdf. Acessado em: 10 de out. de 2025.

SANTOS, Ana Caroline de Oliveira. Resistência à censura musical na ditadura militar. **Ao Redor**: Cultura e Arte: Blog, Juiz de Fora, 20 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.aoredor.blog.br/post/resistencia-a-censura-musical-na-ditadura-militar>. Acessado em: 15 nov. 2025.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. Coleção Milton Santos, vol. 1. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/697560519/Santos-Milton-A-Natureza-do-Espaco-USP-libgen-li>. Acessado em: 28 de nov. de 2025.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/518459978/Milton-Santos-O-Espaco-Do-Cidadao>. Acessado em: 28 de nov. de 2025.

SCHROEDER, Lucas. **O que é o "Projeto Anti-Oruam"**, protocolado por vereadora de São Paulo. CNN Brasil. São Paulo. 12 de fev. de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/o-que-e-o-projeto-anti-oruam-protocolado-por-vereadora-de-sao-paulo/>. Acessado em: 19 de out. de 2025.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990. Disponível em: https://monoskop.org/images/0/0f/Scott_James_C_Domination_and_the_Arts_of_Resistance_Hidden_Transcripts_1990.pdf. Acessado em: 20 de dez. de 2025.

SILVA, Emerson. **"Bezerra da Silva é o pai do proibidão"**: crimes de apologia e a criminalização do funk carioca. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/31941/Dissertação%20FINAL%20-%20Luã%20Ferreira.pdf>. Acessado em: 20 nov. 2025.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. 1 ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023. 208 p. (Série Pátria Grande, v. 3). E-book: 1,20 Mb; ePub.

SOUZA, Ana Lucia Silva (Org.). **Cultura política nas periferias**: estratégias de reexistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: file:///D:/00%C3%81rea%20de%20Trabalho/Cultura-politica-nas-periferias-WEB_alterado.pdf. Acessado em: 10 de out. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Projeto de extensão em parceria com o MST doa alimentos a famílias em vulnerabilidade social**. Notícias UFJF, Juiz de Fora, 24 mar. 2025. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2025/03/24/projeto-de-extensao-em-parceria-com-o-mst-doa-alimentos-a-familias-em-vulnerabilidade-social/>. Acessado em: 8 de dez. de 2025.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 2. vol. São Paulo: Editora UnB, 2004. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>. Acessado em: 28 de set. de 2025.